



Municipia



Relatório e Contas 2022

Handwritten initials and a signature in blue ink.





ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral	7
2.2.	Atividade Desenvolvida.....	10
2.3.	Certificações Técnicas e Marcas Registadas.....	24
2.4.	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	26
2.5.	Recursos Humanos	27
2.6.	Evolução Económico-Financeira.....	31
2.7.	Proposta de aplicação de resultados.....	42
3	Contas do exercício	45
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2022....	54



1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando do Nascimento Trigo Rep. CM Oeiras

Presidente

Rui Manoel da Graça Coias Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep. Diz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118



Município

12
A.
R.3
-

Município

Relatório de Gestão 2022

R
#.
3

2 | Relatório de Gestão

No cumprimento de disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos Senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivo Anexo, referentes ao exercício de 2022.

R
R
1-3

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2022, ficou marcado por resultados financeiros negativos.

Da análise da evolução da tipologia de projetos no mercado nacional de 2018 para 2022, assistimos:

- à regressão de projetos de cartografia e de fotografia aérea (-63%);
- ao desaparecimento dos projetos de Riscos, apesar das evidentes necessidades que o país tem;
- ao desaparecimento de projetos de SIG e cadastro de vias igualmente sem expressão e igualmente necessários;
- ao cadastro de infraestruturas a reduzir e, apesar da sua incontornável necessidade, aqui são os preços abaixo do preço de custo, que vão determinar a sua extinção;
- ao aparecimento de um mercado crescente de topografia em detrimento dos serviços prestados pelas empresas de cartografia e cadastro;
- ao aparecimento do cadastro simplificado com valores de projeto interessantes, mas que se resumem a garantir o pagamento do ordenado mínimo através das empresas, aos desempregados da região, sem qualquer criação de valor.

O descrito evidencia a desvalorização e o desinvestimento deste setor, pilar na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento do país refletindo uma estratégia onde o conhecimento não é prioritário.

O quadriénio que nos precedeu (2018-2022) caracterizou-se igualmente pelo aparecimento de narrativas difamatórias de empresas, que provocaram uma desestabilização no mercado, com prejuízos para a administração pública.

Assistimos pela primeira vez em 23 anos de história a reversões de adjudicações. Houve adjudicações feitas à Município onde argumentos falaciosos tiveram sucesso, induzindo inclusivamente à decisão de adjudicar em janeiro de 2022, um projeto cuja execução se iniciou em março do ano anterior, a outra empresa. Procedimento este posteriormente anulado em tribunal e remetido para o MP para investigação.

O peso médio da faturação dos Sócios de 2019-2022 foi de 12,9% e, dentro deste valor, o peso da faturação com o maior acionista (Oeiras) foi de 4,7% em média.

12
11
3
1

Resulta daqui a evidência da independência da empresa relativamente à estrutura acionista. Desde o princípio do século, foi evidente este fenómeno da relação dos acionistas para com a empresa que criaram, sem que o possamos explicar. Apesar de todos os esforços despendidos para a sua reversão, a faturação da empresa com clientes não sócios nos últimos 4 anos representa mais de 87%.

Os projetos internacionais no período 2017 a 2021 atingem uma importância média de 42% na faturação da empresa, caindo para cerca de 5% em 2022.

A Município nunca abdicou da qualidade dos serviços, da inovação permanente, do profissionalismo, da enorme competência da equipa e da sua responsabilidade para com o serviço público, protagonizando em cada momento o caminho da inovação.

A Município cria com sucesso a maior plataforma **Municipal** de compras públicas no país, com mais de 200 entidades públicas aderentes, sendo a esmagadora maioria autarquias.

Promovemos **Compras Sustentáveis, Transparência e boa Governação** dos organismos públicos. A CONNECT – Central Nacional de Compras Municipais tem uma plataforma digital onde a cada momento pode saber quais os acordos quadros ativos e bem assim o que é possível adquirir e a que preços.

Nunca, em 23 anos de existência a Município esteve exposta à extinção, nem está.

O desafio é reverter o peso médio da faturação de não sócios, do último quadriénio, de 87%, para faturação de sócios. É evidente o inexpressivo peso na faturação média dos acionistas de cerca 13,9% nos últimos 13 anos.

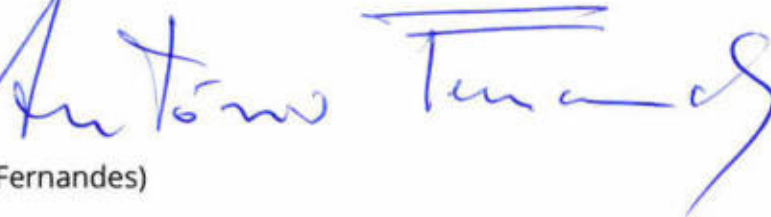
À data da constituição da Município, os municípios acionistas representavam todas as forças políticas e criaram a Município com o propósito da defesa do interesse público e nessa medida, do seu próprio interesse.

12
K.A.

A equipa da Municípa, mesmo em tempos difíceis, sempre demonstrou coesão, saber e determinação para ultrapassar o que são os desafios normais das empresas, onde há exercícios económicos positivos (exemplo do ano passado) e negativos, como é o do ano de 2022, que cumpre inverter desde já.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2023

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

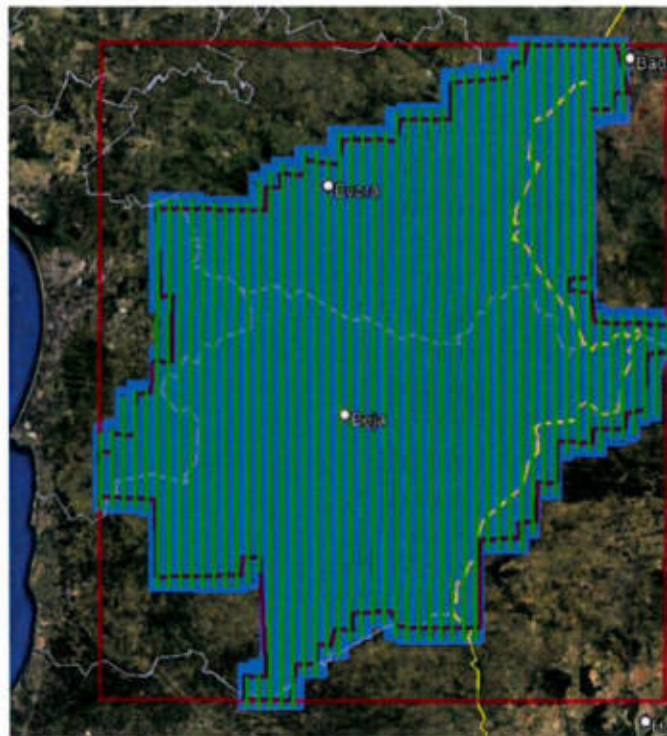
13/11/22

2.2. Atividade Desenvolvida

Direção de Cartografia e Cadastro

Em 2022 ocorreram projetos relevantes no que respeita à cobertura aérea, cadastro e cartografia.

A cobertura aérea da área de influência do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EDIA) teve uma dimensão de 1.410.000 hectares com uma resolução de 25 cm. Foi realizado com sucesso em 3 semanas.



A par deste projeto foram realizados outros de menor dimensão, mas não menos importantes, a destacar a cobertura aérea efetuada com uma resolução de 10 cm para 46.156 hectares para um cliente privado.

Além da execução das coberturas aéreas continuamos com projetos de Cadastro Simplificado, disponibilizando a ida de técnicos aos Municípios para a sua concretização, bem como o desenvolvimento de ações de sensibilização em mais de 12 Municípios.

No que respeita à cartografia e à produção de dados cartográficos finalizaram-se os projetos que estavam em curso e executaram-se outros novos. O desenvolvimento de ferramentas para a execução da cartografia em base de dados é uma constante sendo o objetivo tornar a edição o mais automática possível.

13 PA-R

A Municípa continua a ser a empresa com mais projetos de cartografia topográfica homologados pela Direção Geral do Território.

O contacto com os PALOP's manteve-se ao longo do ano, inclusive com a resposta a concursos de RDUAT.

Para 2023 será dada continuidade aos projetos em carteira e será realizada uma prospeção por novas áreas de negócio e outras áreas de projetos, uma vez que no mercado de dados em Portugal assistimos a um enorme desinvestimento, desde logo, nos maiores concursos lançados pelo estado, que investem em empresas estrangeiras recursos nacionais.

R
A.
P2
—

Direção de Engenharia e Infraestruturas

Em 2022 a área de negócio da Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI), focou-se não só na continuidade do desenvolvimento dos projetos em curso relativos a contratos transitados de 2020/2021, mas também de novos contratos que surgiram durante 2022. O grande foco da direção esteve centrado na consolidação da organização e dimensionamento em termos de equipas técnicas e fecho de contratos de anos anteriores.

O volume de negócio gerido na DEI em 2022 foi de 479.423 euros distribuídos por 68% provenientes de novos contratos e 32% provenientes de contratos de anos anteriores.

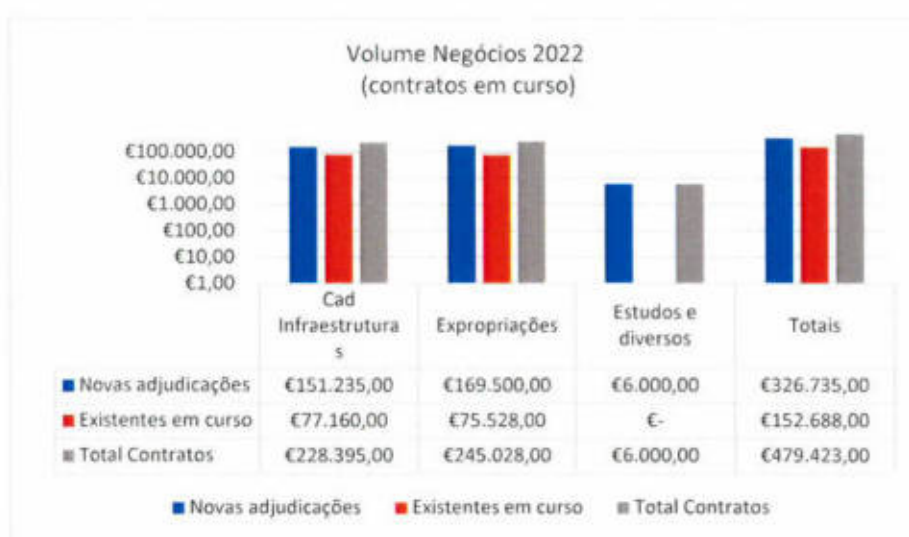


Figura 1 - gráfico com representação em escala logarítmica - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas nomeadamente para a APDL e projetos de expropriações relacionados com obras de Ferrovia.

Se em termos de volume de negócios o ano de 2022 ficou acima 28% do Plano de Atividades (PA) previsto para 2022, que era de 374.300 euros, o mesmo já não aconteceu com o volume de faturação que foi de 169.237,50 euros, correspondendo a cerca de 45% do previsto no PA.



Figura 2 - Gráfico com representação em escala logarítmica - comparação entre o previsto no PA e a relação entre volume de contratos e respectivas faturações

Esta diferença deve-se sobretudo ao facto dos novos contratos só terem tido início efetivo no segundo semestre de 2022, mais concretamente a partir de setembro, o que resultou num "delay" de execução e aprovação por parte dos clientes para o 1º semestre de 2023. Este cenário não só provocou um aumento de custos de produtividade, pois a produção decaiu fortemente, mas os custos dos recursos mantiveram-se os mesmos, como contribuiu fortemente para derrapagem de prazos de execução e fecho de projetos contribuindo para aumento de custos e adiamento de faturação.

Também nos projetos de expropriações, se verificaram atrasos, devido à falta de disponibilidade das entidades gestoras de infraestruturas, bem como dos proprietários na resposta às nossas necessidades de apoio no terreno provocando um significativo atraso nos projetos. Não obstante destas dificuldades, a Município manteve as equipas no terreno para que, na medida do possível, fossem desenvolvendo tarefas possíveis.

Das atividades desenvolvidas pela DEI em 2022 destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para a APDL. Trata-se de projetos bastante complexos cujo âmbito abrange não só as áreas mais tradicionais das atividades da Município como cadastro de água, saneamento e pluvial, mas também atividades do cadastro de redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes e modelos CAD. Estes projetos permitem posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de trabalhos, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços e possibilitando entrar em outros perfis de clientes mais diversificados.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipos de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção de subsolo.

H R
32

Atualmente a Município está capacitada para dar uma resposta rigorosa, precisa e diversificada, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinariedade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focados na precisão de sondagens de subsolo, com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização técnico das infraestruturas. Mantemos o foco num cadastro multifuncional centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e ativos.



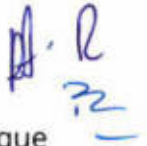
Figura 4 - identificação e etiquetagem de cabos elétricos e telecomunicações



Figura 3 - levantamento de precisão no interior de infraestruturas de drenagem



Figura 5 - equipamento de sondagem com CCTV incorporado para inspeção e deteção de infraestruturas



A abordagem técnica e metodológica da Municípiã tem sido elogiada pelos resultados que vai produzindo, não só no final de cada etapa, mas também pelo constante fornecimento de informação acerca de problemas e patologias que vai detetando ao longo dos seus trabalhos. Estamos focados em atingir o objetivo base dos nossos clientes que se centra na minimização de custo a jusante da nossa ação, quer em ambiente de obra com trabalhos a mais, quer também nas intervenções de planeamento de manutenção e reconversão de infraestruturas sensíveis cujo impacto de um incidente pode provocar avultados danos.

Em 2023 a Municípiã irá continuar a otimizar a sua metodologia e abordagem aos problemas dos seus clientes, colocando o seu *know-how* nas áreas de engenharia e no estudo de diagnóstico, contribuindo para que os seus clientes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram.

AR
m

Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2022 da Direção de Inteligência Espacial (DIE) dividiram-se em projetos internos e projetos externos.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade, em *Help Desk* a toda a equipa e em Auditoria e Manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

O ano de 2022 ficou igualmente marcado pela implementação de um novo Sistema de Gestão Documental, em conjunto com a DAF e que entrou em produção em 2023.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando no processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Ainda no âmbito dos projetos internos iremos iniciar em 2023 a reestruturação da infraestrutura tecnológica da Município através da aquisição de novos equipamentos.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a migração de inúmeros clientes para a Plataforma CityHub, a conclusão de projetos no âmbito dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de Levantamento Mobile Mapping, de Migração e Harmonização de Bases de Dados e de Formação em Sistemas de Informação Geográfica.

Relativamente às perspetivas para 2023 destacamos a elaboração de estudos de acessibilidade e o levantamento de informação geográfica, nomeadamente cadastro arbóreo e do espaço público bem como ações de formação.

Perspetiva-se também a manutenção e implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes. Este novo conceito pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios e que durante este ano continuou a ser desenvolvida e melhorada, desde a fase de UX/UI e design, até ao momento em que nos encontramos, (Figura 1 e Figura 2).

Handwritten notes:
A
2
1



Figura 6 - CityHub.pt - Portal de Divulgação



Figura 7 - CityHub.pt - GeoPortal

A. R.
13.12

Direção de Novos Negócios

O ano de 2022 foi marcado por mudanças e alterações na estrutura e operação da Direção de Novos Negócios (DNN), das quais se salientam:

- A contratação de um novo Diretor de Novos Negócios, com valências nas áreas do Marketing, Estratégia, Digital, Inovação e Desenvolvimento de Negócio;
- Redefinição de funções e de zonas geográficas da respetiva Força de Vendas;
- Suspensão da relação com agência de comunicação, ficando decidido que doravante, a comunicação das marcas Município®, Connect® e UniquePATHS® será gerida internamente;
- Definição de um Plano de Marketing e de Inovação para os próximos anos, que inclui colaborações diretas com as restantes Direções, de forma a:
 - a) contribuir para a alavancagem das operações da DCC e da DIE;
 - b) rentabilizar os recursos técnicos e humanos de que a empresa já dispõe;
 - c) promover a marca e serviços Município® em mercados externos.

Gestão de Frota

A parceria com a Cartrack Portugal continua a ser lucrativa para a nossa organização. Para além do crescimento verificado durante o exercício de 2022 e da consolidação desta operação, este foi um ano onde foram lançadas as bases para que em 2023 se atinja a maior faturação registada até agora – e o início deste ano já vem reforçar esta nossa expectativa. No âmbito desta parceria, foram também identificadas oportunidades para gerarmos ações de *Cross Sell*, junto de um determinado segmento de clientes, nomeadamente os de maior dimensão.

Outra inegável mais-valia desta parceria é o facto de na promoção da mesma no terreno, continuarmos a identificar outras oportunidades de negócio para a Município®, nomeadamente no que toca ao portfólio de produtos e serviços disponibilizados pela central de compras Connect®.

Connect®

Ultrapassada desde há muito a fase da validação da ideia de negócio, a central de compras Connect® é hoje um projeto sólido, com grandes perspetivas de crescimento no curto-médio prazo (mesmo apesar da atual conjuntura) e que teve em 2022 o seu melhor resultado.

Importa realçar que os números finais ainda assim ficaram aquém do que poderia ter sido possível, devido a vários incumprimentos em que incorreram os nossos parceiros (fornecedores), nomeadamente ao nível dos prazos de entrega acordados – muitos

R.
7

negócios acabaram por não se consumir em 2022 e transitaram para 2023, com efeito direto da crise pandémica nas fileiras de produção.

No último semestre de 2022 foi desenvolvido um plano estratégico e de marketing, devidamente declinado para uma série de atividades operacionais, que irá orientar a ação da Connect® para os próximos anos.

Foi igualmente desenvolvido um plano de comunicação de forma a potenciar a notoriedade da marca, que inclui a articulação de uma série de atividades online e offline – tendo também ficado decidida a renovação do atual *website* da marca.

De forma a capacitar ainda mais a nossa Força de Vendas para a atual realidade, foi ministrada uma ação de formação em técnicas de vendas e prospeção de mercado em contexto digital.

Por último, referir que a sequência de escândalos e de polémicas no âmbito da contratação pública que marcaram o final de 2022, fazem do contexto atual o momento ideal para a derradeira afirmação da marca Connect®, enquanto agente ativo na promoção de transparência na contratação pública e no combate à corrupção.

UniquePATHS

Este é um projeto inovador, que mereceu o apoio e financiamento do Turismo de Portugal assente numa ideia de negócio com reconhecido potencial, mas que comporta todos os desafios inerentes a uma qualquer *start up* tecnológica.

Por defeito, as *start ups* devem estar particularmente sensíveis para dados e indicadores que vão recolhendo nas fases de lançamento e estarem disponíveis para procederem a pivotagens ao longo do trajeto, se tal for necessário para validarem a sua operação.

Nesse sentido, e com base nos primeiros dados recolhidos, foi identificada durante o último semestre do ano de 2022 a necessidade de termos de proceder a alguns ajustes no que a este projeto diz respeito, facto que levou ao cancelamento temporário da promoção da plataforma.

Os ajustes em questão passam, especificamente, por:

- Reformulação do *interface* e da arquitetura de informação das plataformas digitais, assim como a respetiva usabilidade;
- Otimização dos processos de *onboarding* por parte dos prestadores de serviço (Pediguias);
- Melhoria da explicação da proposta de valor e da pesquisa de rotas por parte do utilizador final (Turista);
- Redefinição da estratégia de comunicação que visa a angariação de Pediguias - apostar nos canais digitais: Google, Redes Sociais e plataformas online de recrutamento como Indeed, Net-Empregos, etc.

A. R.
23
—

- Redefinição da estratégia de comunicação que visa a promoção da plataforma junto de clientes finais - apostar nos canais digitais: Google e Redes Sociais.

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municípiã, ao longo do ano de 2022:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2021	Nº Propostas 2022	Δ% Nº Propostas 21-22	Em Valor		Δ% Valor 21-22
				2021	2022	
Propostas adjudicadas	153	154	0,7%	1.710.719	2.090.008	22,2%
Propostas em aberto	261	378	44,8%	19.935.372	25.985.212	30,3%
Propostas recusadas	18	25	38,9%	264.729	799.394	202,0%
Total de Propostas Apresentadas	432	557	28,9%	21.910.819	28.878.614	31,8%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 557 propostas ao longo do ano de 2022, o que reflete a apresentação de mais de 2 propostas a cada dia útil. Verificou-se uma variação positiva de 0,7%, em número de propostas adjudicadas e uma variação positiva de 22,2% no valor (euros) das propostas adjudicadas.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2022 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

R
A
M

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
MUNICÍPIO DE COIMBRA	238.596	10,20%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	189.690	8,10%
EDP COMERCIAL	141.162	6,00%
SISTOPO	136.290	5,80%
MUNICÍPIO DE LEIRIA	112.458	4,80%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (MOÇAMBIQUE)	104.107	4,50%
MUNICÍPIO DE SANTARÉM	74.250	3,20%
LUBRIFUEL	65.651	2,80%
MUNICÍPIO DE GRÂNDOLA	57.340	2,50%
MUNICÍPIO DA SERTÃ	40.728	1,70%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

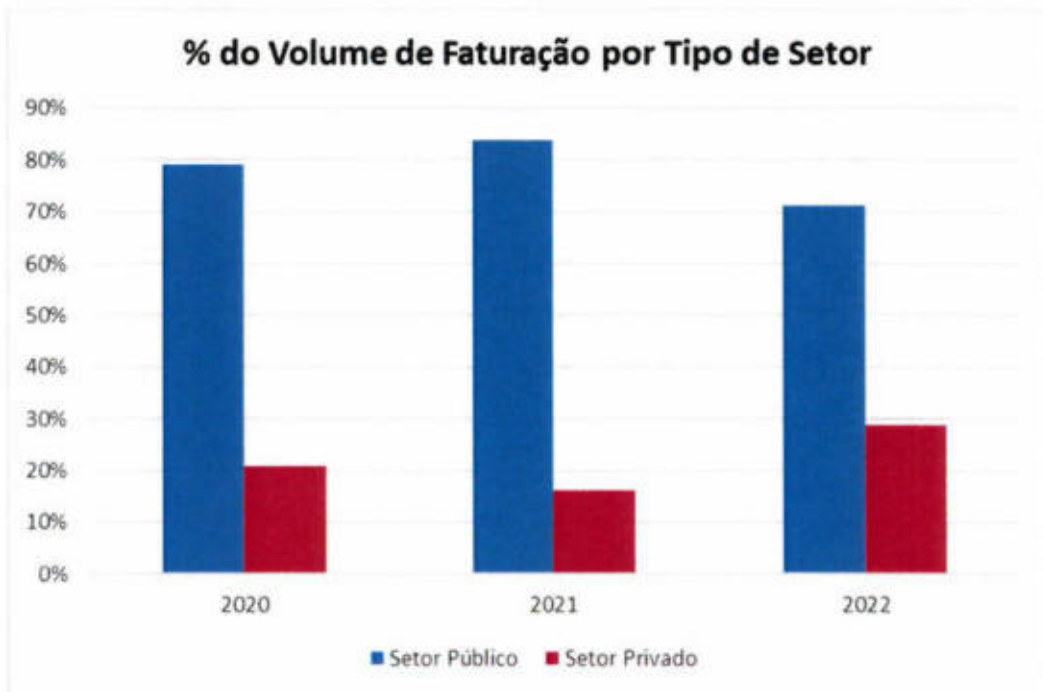
Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 71% da faturação, apesar de registar um decréscimo de 15% face ao ano anterior.

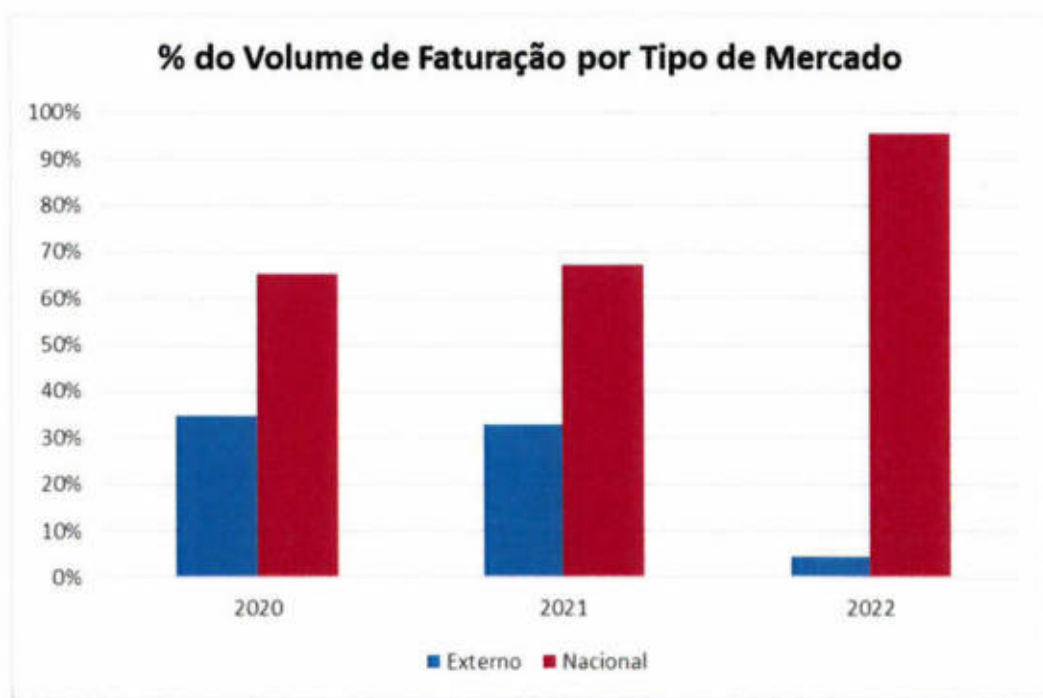
O setor privado explica cerca de 29% da faturação, ou seja, mais 78% que no exercício anterior.

FATURAÇÃO	2020	2021	2022
Setor Público	79,02%	83,79%	71,10%
Setor Privado	20,98%	16,21%	28,90%

*R
A
M*



FATURAÇÃO MERCADO	2020	2021	2022
Externo	34,77%	32,76%	4,45%
Nacional	65,23%	67,24%	95,55%



A.R.
22
1

2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registadas

Certificações Técnicas



A Direção Geral do Território certifica que a empresa Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. está autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.

A.A. R.
22
1**Marcas Registradas**

Município ®
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.

UNIQUEPATHS

UNIQUEPATHS ®



Empresa de Serviços Energéticos.

A- R
33

2.4. Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, adotaram a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, onde estão definidas as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procuram mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

As Nações Unidas declararam 2020-2030 a Década de ação para cumprir os ODS e apelam a uma maior ambição e sentido de urgência para acelerar a transição.

A Municípa não deixará de responder a este desafio, prevendo-se, para o ano de 2023, um ajustamento da nossa oferta tendo em conta alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A.R.
33

2.5. Recursos Humanos

No final de 2022 (31 de dezembro), a Municípa contava com 60 colaboradores ao seu serviço, o que representou um aumento de 30% face ao final do ano anterior (46). Este aumento justificou-se pela tipologia de projetos angariados pela DCC, o que já no ano de 2021 tinha obrigado a um reforço da equipa (projeto de serviços destinados à operacionalização dos balcões de atendimento móveis no âmbito do projeto "Sistema de informação cadastral simplificada do Município de Coimbra"), continuando a existir essa necessidade em 2022, com os serviços destinados à elaboração do cadastro simplificado para o Município de Leiria e para o Município de Sever do Vouga.

Ficando a composição dos Recursos Humanos estruturada da seguinte forma, quanto ao vínculo laboral:

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2022	%
Contrato sem termo	35	58%
Contrato a termo certo	13	22%
Contrato a termo incerto	12	20%
∑ dezembro	60	100%

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2022, por género, era constituído da seguinte forma:

CAPITAL HUMANO	2022	%
Género Masculino	37	62%
Género Feminino	23	38%
∑ dezembro	60	100%

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Municípa está espelhado no quadro seguinte:

Handwritten initials and a signature in blue ink.

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2022
Doutoramento	1
Mestrado	8
Ensino Superior	36
Ensino Secundário	15
3º Ciclo Ensino Básico	0
Total	60

O absentismo registado em 2022, tem essencialmente origem em dois fatores: por “doença” e por “licença parental”, representando respetivamente 48% e 29% da totalidade das ausências verificadas neste ano, sendo o rácio do absentismo em 2022 de 5,42%.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	ORRIG. LEGAIS	DESLOCAÇÃO À ESCOLA	AUTOR./APROVADAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	157	95	53	18	1	1	0	325
PESO RELATIVO	48,31%	29,23%	16,31%	5,54%	0,31%	0,31%	0,00%	100%

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais, a Município continuou a apostar na concretização de um plano de formação transversal, integrando trabalhadores das várias Direções da Empresa, tendo para isso recorrido a formação externa e interna *online*.

No quadro seguinte, pode-se observar que 18% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 226,5 horas, 173,5 horas (77%) foram de especialização e 53 horas (23%) foram investidas em workshops, palestras e conferências.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2022
N.º de Formandos	11
N.º de Ações	8
Horas de Formação	226,5

Gastos com Remunerações

No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2020 e 2022, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2020	2021	2022	Peso % no total	Var. 20-21	Var. 21-22
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	885.857,65	950.450,87	1.204.994,76	78,24%	7%	26,78%
Horas extra	85,68	171,36	2.276,20	0,15%	100%	1.228,31%
Senhas de Presença	10.846,68	10.846,68	9.570,60	0,62%	0%	-11,76%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	236.509,87	244.240,55	306.487,48	19,90%	3%	25,49%
Ajudas Custo	24.694,44	12.410,42	11.578,93	0,75%	-50%	-6,70%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	12.721,14	6.172,66	5.215,64	0,34%	-51%	-15,50%
TOTAL	1.170.715,46	1.224.292,54	1.540.123,61	100,00%	5%	25,80%

Os gastos com remunerações, subsídios de férias e natal e subsídios de alimentação, descritos na 1ª rubrica, sofreram um acréscimo de 26,78%, face à necessidade de reforçar a equipa para os projetos de cadastro simplificado, como explicado anteriormente, de 46 funcionários em 2021, passaram a 60 em 2022.

A rubrica de horas extra, apesar de terem um crescimento de 100%, representa apenas 0,15% do peso das remunerações e fica a dever-se à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana e à necessidade da realização de serviços de instalação em ambiente produtivo num projeto, durante sábados, para garantir que estas atividades não provocassem quebra de serviço nos sistemas do cliente durante o horário de expediente.

O valor das senhas de presença sofreram uma redução de 11,76%, face ao ano transato.

Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 25,49%, tendo em conta a contratação de pessoal já referida.



Regista-se o decréscimo da rubrica de ajudas de custo em 6,70% face a 2021, tendo em consideração que se referem maioritariamente a ajudas de custo pagas em território nacional, no âmbito dos projetos.

Também na rubrica de formação, assistiu-se a um decréscimo do investimento nesta área, já que muitas das formações passaram a ser on-line, o que originou um decréscimo nesta rubrica de custos.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 25,80% em linha com a necessidade de reforçar o número de funcionários para projetos específicos como Sever do Vouga e Leiria.

A. R.
Z
-

2.6. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2020	2021	Var.% (20-21)	2022	Var.% (21-22)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	1.702.183	2.577.874	51%	2.181.271	-15%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	151.774	179.847	18%	0	-100%
Reversões de Imparidades	0	24.126	100%	186.287	672%
Outros Rendimentos ou Ganhos	158.650	444.165	180%	361.820	-19%
Total dos Ganhos Operacionais	2.012.607	3.226.011	60%	2.729.378	-15%
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	1.255.506	1.569.732	25%	1.456.570	-7%
Gastos com Pessoal	1.170.715	1.224.293	5%	1.540.124	26%
Imparidade de dívidas a receber	14.864	0	-100%	64.650	100%
Outros gastos e perdas	57.253	82.298	44%	211.573	157%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	354.757	180.744	-49%	417.523	131%
Total dos Gastos Operacionais	2.853.096	3.057.066	7%	3.690.445	21%
Resultados Operacionais	-840.489	168.945	120%	-961.067	-669%
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	264	6.736	2.449%	0	-100%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	624.996	117.353	-81%	62.024	-47%
Resultados Financeiros	-624.732	-110.617	82%	-62.024	44%
Resultados Antes de Imposto	-1.465.221	58.328	104%	-1.023.090	-1.854%
Impostos	130.897	22.446	-83%	23.673	5%
Resultado Líquido	-1.596.118	35.882	102%	-1.046.763	-3.017%

Unidade: Euros

A 12
12/11

A Município, registou um decréscimo de 15%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador da ausência de projetos no mercado mercado e internacional, com consequências diretas nos resultados.

Apesar do esforço desenvolvido na apresentação de um maior número de propostas que no ano transato e, de verificarmos que o número de adjudicações foi idêntico ao do ano anterior, não foi o suficiente para crescermos em volume de negócios, o que reflete o esmagamento de preços do mercado. Mantêm-se o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do preço mais baixo, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade.

De referir também que, neste setor há empresas que por incapacidade de cumprir contratos e/ou de os ganhar, investem mais em escritórios de advogados do que no "core" da sua atividade, não contribuindo para a defesa do interesse público, nem para a evolução tecnológica do setor.

Em 2022, a Município não registou qualquer valor de **subsídios à exploração/trabalhos para a própria empresa**.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede e de diferenças de câmbio favoráveis.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **2.729.378 euros**, o que representa um decréscimo de 15% face ao ano de 2021. Esta diminuição, deve-se essencialmente, à variação negativa de 15% no volume de negócios e à diminuição de outros rendimentos, registados em 2022, em 19%.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um decréscimo de 7% face ao ano transato. Este facto, deve-se essencialmente à subcontratação que ficou aquém do que tinha sido orçamentado para o ano de 2022, face à desaceleração do volume de negócios.

A
3
R

Se analisarmos os **gastos operacionais**, verifica-se que subiram 21%, tendo para este incremento contribuído todas as rubricas com a exceção dos fornecimentos e serviços externos.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 26%, ficando esta variação a dever-se à contratação de funcionários para permitir a execução de projetos a decorrer em Coimbra, Leiria e Sever do Vouga.

Em 2022, na rubrica de **imparidades de dívidas a receber** tivemos de assumir a incobrabilidade de valores de clientes no montante de 64.650 euros.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um acréscimo de 157%, valor que em termos absolutos representa 211.573 euros e que, no essencial, se fica a dever a diferenças de câmbio (37%), despesas bancárias referentes a quitações (28%) e a correções de exercícios anteriores (27%).

As **amortizações e provisões**, registaram um acréscimo de 131%, tendo em consideração a normal rubrica de amortizações de investimentos realizados em anos transatos e no ano de 2022. A passagem de imobilizado em curso para imobilizado firme do projeto da Uniquepaths, também contribuiu para esta subida. Foram ainda registadas 180.000 euros de provisões, de acordo com NCRF 21, utilizando o princípio da prudência, decidiu a administração constituir a referida provisão, de modo a fazer face à imprevisibilidade resultante da execução do projeto RDUATS em Moçambique, tendo em consideração uma estimativa de custos ainda não perfeitamente identificados, mas previsíveis, face às contingências na execução do projeto e da atuação naquele território. Este comportamento cauteloso, justifica-se ainda que não seja conhecido o valor exato e por essa razão se procede por estimativa a este registo.

Os **Resultados Operacionais** registaram um decréscimo substancial, atingindo o valor negativo de 961.067 euros, tendo contribuído para este desempenho, o decréscimo dos proveitos operacionais em 15%, enquanto os gastos operacionais subiram 21%.

Os **Resultados Financeiros** foram melhores do que nos anos transatos, registando um valor negativo de 62.024 euros, recuperando esta rubrica em 44% face ao ano anterior.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram negativos, concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade. Refira-se que nos últimos 9 anos, este é o 2º ano atípico em que esta situação acontece, como se comprova pelos registos do RAI, desde 2014.

A.N.
32

	Lei 50/2012								
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RAI *	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, este foi em 2022 de 1.046.763 euros negativos.

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2020	2021	2022	Var 20-21	Var 21-22
Volume de Negócios	1.702.183	2.577.874	2.181.271	51%	-15%
Rentabilidade das Vendas	-93,77%	1,39%	-47,99%	101%	-3.548%
EBIT (Resultado Operacional)	-840.489	168.945	-961.067	120%	-669%
Resultado Líquido	-1.596.118	35.882	-1.046.763	102%	-3.017%
Cash Flow Líquido	-1.241.361	216.626	-564.586	117%	-361%

Unidade: Euro

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2020	2021	2022	Var 20-21	Var 21-22
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	48.634	56.041	36.355	15%	-35%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	352	152	184	57%	-21%
Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias	461	389	232	16%	40%

A. R.
3

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um decréscimo de 35%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 60 (crescimento de 30% face ao ano transato) e o volume de negócios diminuiu 15%. Cada funcionário gerou teoricamente 36.355 euros de volume de negócios, valor inferior aos dois anos anteriores.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – O número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 184 dias, tendo piorado face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 232 dias.

INDICADORES DE TESOURARIA

Liquidez Geral (AC/PC) – Registou-se um acréscimo de 19%, tendo em consideração que o ativo circulante registou uma ligeira redução de 16%, contudo, verificou-se uma redução mais do que proporcional no passivo circulante de 29%, o que justifica o aumento da liquidez. Para o cálculo deste indicador não foram considerados os acréscimos e diferimentos.

Tesouraria	2020	2021	2022	Var 20-21	Var 21-22
Liquidez Geral	1,24	1,18	1,40	-5%	19%

AR
32**INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO**

Equilíbrio Financeiro	2020	2021	2022	Var 20-21	Var 21-22
Autonomia Financeira	44,40%	46,20%	52,50%	4,1%	13,6%
Solvabilidade	0,87	0,89	1,20	2,3%	34,8%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-50,45%	1,10%	-31,21%	102,2%	-2.943,2%

Autonomia Financeira (CP/AT) – Verificou-se um acréscimo de 13,6% face ao registado no ano transato. Este resultado ficou a dever-se ao ligeiro aumento de 2,6% do capital próprio e uma diminuição de 12% no total do ativo. Este indicador permite-nos concluir que há uma menor dependência de capitais alheios para financiar o ativo da empresa.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – No indicador da Solvabilidade registou-se um acréscimo, face ao ano anterior, verificando-se um aumento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 34,8%. Esta variação resulta, no essencial, duma redução de 1.055.445 euros do passivo, o que contribui para um aumento da capacidade de solvência das dívidas da sociedade, devendo-se destacar a redução nos financiamentos obtidos e nas outras contas a pagar, que contribuíram decisivamente para que o indicador assumia em 2022, um valor de 1,20 indicando uma boa capacidade para cumprir os compromissos a médio e longo prazo.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) – A rentabilidade dos capitais próprios, passou a ser negativa em 2022, tendo em conta os resultados líquidos negativos alcançados pela sociedade e a manutenção do valor dos capitais próprios.

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos negativos, no entanto ao analisarmos os últimos 9 anos verifica-se que somente em 2020 (COVID) e agora em 2022, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade em apenas 2 dos últimos 9 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter

AR
R
R

os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de repor os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter neste mercado.

LEGAIS	Lei 50/2012								
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2022, **resultará a necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, não cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de - 1.023.090 euros.**

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2022, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 4,99%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017);
- Município de Carregal do Sal (setembro de 2022).

R. R.
22
1

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020	2022
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	59,70%	0,00	0,00	0,00	0,00	610.795,27
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	5,03%	0,00	2.199,04	0,00	0,00	51.478,56
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,89%	0,00	0,00	0,00	0,00	49.980,80
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,43%	33.315,76	28.602,22	-595,76	35.384,01	24.980,80
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,43%	0,00	0,00	0,00	0,00	24.980,80
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,43%	0,00	0,00	0,00	0,00	24.980,80
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,27%	0,00	0,00	0,00	33.025,08	23.246,88
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,78%	0,00	0,00	0,00	0,00	18.257,11
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.319,06
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Assoc. para o Des. do Baixo Guadiana	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	11.794,67	8.302,46
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	11.794,67	8.302,46
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	11.105,25	9.534,07	-198,59	11.794,67	8.302,46
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	11.794,67	8.302,46
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020	2022
Mun. de Vila do Conde	5.000	24.950,00	0,77%	0,81%	0,00	0,00	0,00	0,00	8.302,46
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,32%	0,32%	0,00	0,00	0,00	4.713,15	3.317,66
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,20%	2.669,70	2.291,99	-47,74	2.835,44	1.995,91
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.368,37	1.667,13
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,16%	2.229,94	1.914,44	-39,88	2.368,37	1.667,13
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	1.000,40	0,00	-39,80	2.363,65	1.663,81
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	1.910,63	-39,80	2.363,65	1.663,81
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.663,81
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.663,81
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.660,49
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.660,49
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58	1.658,83
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58	1.658,83
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58	1.658,83
Mun. de Mangualde	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,58	1.658,83
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	2.356,58	1.658,83
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57	1.658,83
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83

A.R
22

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020	2022
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,16%	2.218,84	1.904,91	-39,68	2.356,57	1.658,83
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,16%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.658,83
Ações Próprias	32.496	162.155,04	4,99%	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	114.722,66	101.742,38	-2.113,24	208.069,81	1.023.090,38

R.R
32

2.7. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2022, no valor de - 1.046.763,26 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

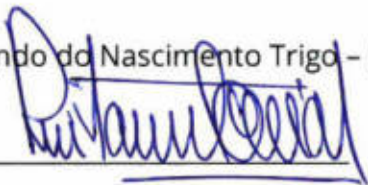
Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 28 de fevereiro de 2023


O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

*R/R
3/1*



Município[®]



Contas do Exercício

A. R.
R.M.

3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO

Período findo em 31/12/2022

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.428.236,09	1.528.089,78
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	552.583,99	631.792,80
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		13.585,82	10.167,94
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		1.994.405,90	2.170.050,52
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.383.536,86	2.750.217,93
Estado e outros entes públicos		4.395,72	4.395,72
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		3.168,43	60,00
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	2.605.027,75	1.947.245,65
Diferimentos		71.383,65	80.661,13
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	158.498,38	122.257,60
		4.226.010,79	4.904.838,03
Total do ativo		6.220.416,69	7.074.888,55


 J. Pedro T. B. L. de C.

Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO

Período findo em 31/12/2022

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-314,98	-264,98
Outros instrumentos de capital próprio		2.488.311,67	1.465.221,29
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		54.234,70	52.440,60
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1.643.583,84	-1.677.671,68
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		265.000,00	156.205,12
Resultado líquido do período		-1.046.763,26	35.881,94
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.353.562,96	3.268.490,96
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	180.000,00	154.287,26
Financiamentos obtidos	9	303.301,90	453.050,99
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	96.763,92	137.805,10
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		580.065,82	745.143,35
Passivo corrente:			
Fornecedores		735.877,00	653.694,34
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		156.589,83	109.548,52
Financiamentos obtidos	8/9	562.646,18	717.306,89
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	16	618.035,02	1.441.586,35
Diferimentos		213.639,88	139.118,14
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		2.286.787,91	3.061.254,24
Total do passivo		2.866.853,73	3.806.397,59
Total do capital próprio e do passivo		6.220.416,69	7.074.888,55


F. Pedro T. Brito de L.



Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2022

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS		
		31/12/2022	31/12/2021	
Vendas e serviços prestados	+	12	2.181.270,92	2.577.873,59
Subsídios à exploração	+		0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	179.846,74
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-		-1.456.570,21	-1.569.731,96
Gastos com o pessoal	-	5,2	-1.540.123,61	-1.224.292,54
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	-32.650,12	24.125,79
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		-25.712,74	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-		361.820,03	444.164,76
Outros gastos e perdas	-		-211.573,37	-82.297,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		-723.539,10	349.688,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/	6/7/10	-237.527,47	-180.743,77
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		-961.066,57	168.944,85
Juros e rendimentos similares obtidos	+		0,00	6.736,22
Juros e gastos similares suportados	-	9	-62.023,81	-117.352,79
Resultado antes de impostos	=		-1.023.090,38	58.328,28
Imposto sobre o rendimento do período	-/+	15	-23.672,88	-22.446,34
Resultado líquido do período	=		-1.046.763,26	35.881,94
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			0,00	0,00
			0,00	0,00
			0,00	0,00
Resultado por ação básico			-1,61	0,06


 Frederico B. B. B. B.

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2022

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	+ 12	2.181.270,92	2.577.873,59
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-2.916.825,35	-2.681.141,58
Resultado bruto		-735.554,43	-103.267,99
Outros rendimentos	+	361.820,03	648.137,29
Gastos de distribuição	-	-32.017,92	-16.915,16
Gastos administrativos	-	-285.378,02	-276.711,53
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-269.936,23	-82.297,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-961.066,57	168.944,85
Gastos de financiamento (líquidos)	- 9	-62.023,81	-110.616,57
Resultados antes de impostos		-1.023.090,38	58.328,28
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-23.672,88	-22.446,34
Resultado líquido do período		-1.046.763,26	35.881,94
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00


 António Pereira

 F. Redondo



Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1:

2021

Período findo em 31/12/2022
 Montantes expressos em Euro

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	Primeira alteração de novo estatuto contabilístico	Atribuições de opções de subscrição de ações	Subscrição de ações de emissão de ações, bonificações e subscrição de ações	Resolução de subscrição de ações de terceiros	Resolução de subscrição de ações de terceiros em que a entidade é a beneficiária	Apuramento de impostos diferidos	Outras alterações no capital próprio	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	OPERAÇÕES COM INTERESSES DE CAPITAL NO PERÍODO	Resolução de Capital	Resolução de reservas	Distribuições	Entrada para correções de erros	Outras operações	POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N
Capital Próprio	3.163.493,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.883,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.199.376,64
Total	3.163.493,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.883,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.199.376,64
Reserva de reservas por avaliação	1.596.318,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.596.318,36
Outras variações no CP	87.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87.090,00
Exercício em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de natureza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas transacionadas	81.553,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.553,33
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas legais	5.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.240,00
Perdas de exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros itens de CP	1.485.271,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.485.271,29
Ações ilíquidas próprias	744,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	744,98
Capital avaliado	3.236.678,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.236.678,67

[Handwritten signatures]

Entidade: MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N:

2022

Período findo em 31/12/2022
Montantes expressos em Euros

Contas Individuais

DISCRIÇÃO	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	Prerrogativas atribuídas em virtude do estabelecimento	Alterações de natureza pública contabilística	Diferença de conversão de moedas estrangeiras e financeiras	Resultados de operações de alienação de ativos financeiros e investimentos em participações	Transferências de investimentos de ativos financeiros e investimentos em participações	Ajustamentos por impostos diferidos	Outras alterações no capital próprio	RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	RESULTADO INTERMEDIÁRIO	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	Resoluções de capital	Resoluções de permissões de emissão	Distribuições	Transferências de colações de períodos	Outras operações	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N-1
Total de Capital Próprio	3.248.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248.490,94	3.248.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248.490,94
Total	3.248.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248.490,94	3.248.490,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248.490,94
Reserv. líquido período	35.483,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.483,94	35.483,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.483,94
Outras variações no CP	316.395,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.395,32	316.395,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	316.395,32
Reserv. substituição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alíq. em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserv. monetária	1.677.871,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.677.871,48	1.677.871,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.677.871,48
Outros recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserv. Pagam.	57.440,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.440,60	57.440,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.440,60
Permissões de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos de CP	1.445.229,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.445.229,29	1.445.229,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.445.229,29
Ativos financeiros próprios	-244,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-244,99	-244,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-244,99
Capital emitido	3.216.676,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.216.676,67	3.216.676,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.216.676,67

Luís
D. Antunes
J. Pereira

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**

Período findo em 31/12/2022

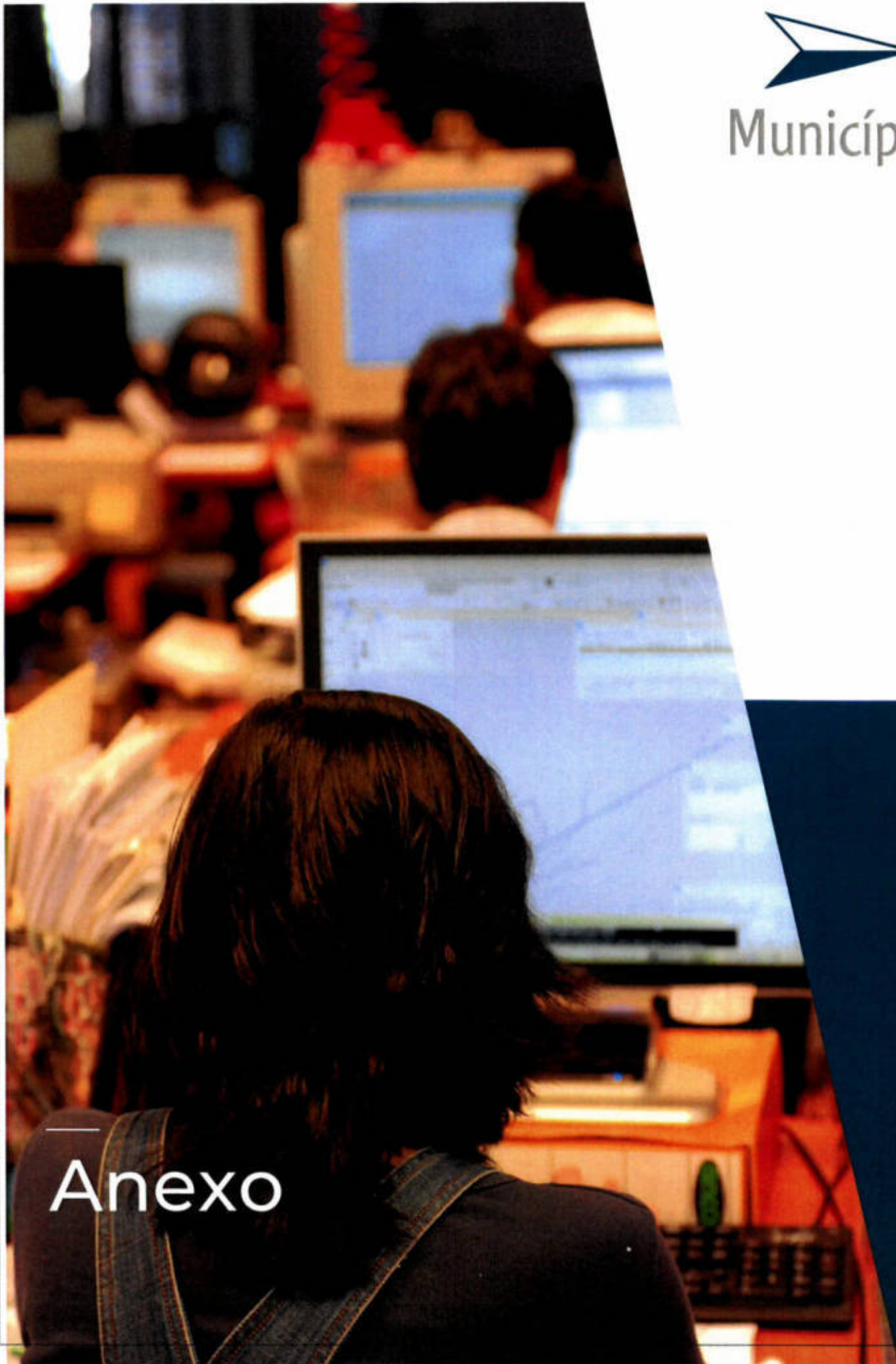
Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	4.536.434,47	2.688.571,21
Pagamentos a fornecedores	-	-1.640.956,61	-2.273.883,21
Pagamentos ao pessoal	-	-1.020.631,86	-833.829,84
Caixa gerada pelas operações	+-	1.874.846,00	-419.141,84
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-17.910,25	-18.955,21
Outros recebimentos/pagamentos	+-	-1.475.136,75	-374.420,64
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+-	381.799,00	-812.517,69
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-57.576,58	-1.174,50
Ativos intangíveis	-	0,00	-304.876,56
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	10.357,55	4.879,37
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	0,00	6.736,22
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+-	-47.219,03	-294.435,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	190.051,92	1.024.734,59
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	47.974,63	1.239.660,98
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-494.461,72	-981.043,81
Juros e gastos similares	-	-41.904,02	-59.012,35
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+-	-298.339,19	1.224.339,41
		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+-	36.240,78	117.386,25
Efeito das diferenças de câmbio	+-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	- 4	122.257,60	4.871,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 4	158.498,38	122.257,60

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 Frederi. B. B. B.

[Handwritten mark]



Anexo

A. R.
M. N.
/

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2022

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissa. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.

*A. R.
11/01/11*

3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 71.383,65 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 213.639,88 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 383.061,13 euros, essencialmente relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 567.199,76 euros, essencialmente relativos a projetos a liquidar, a remunerações e taxas de saneamento;

- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados ao câmbio corrente da data do balanço;

Handwritten notes:
1.2.21
R

- g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, 2020 e 2022, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;
- h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	1.353,87
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	157.144,51
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	158.498,38

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamentos com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 59,22%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 118.095,16 euros.

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2022	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	189.690,00	9.790,80	Serviços prestados à CMO
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	503.333,46	503.333,46	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

6 - Ativos Intangíveis

Na rubrica de **Ativos Intangíveis** transferiu-se, o montante de 613.646,97 euros, de ativos intangíveis em curso referentes ao projeto Uniquepaths, apoiado pelo Turismo de Portugal para ativos intangíveis firmes.

Ativos intangíveis	Valores Bruto							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	745.001,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97	1.358.648,50
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	745.001,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	613.646,97	1.358.648,50
Ativos intang. Curso	613.646,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-613.646,97	0,00
Adiant. p/ conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Handwritten signature and initials in blue ink.

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	726.855,70	79.208,81	0,00	0,00	806.064,51
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	726.855,70	79.208,81	0,00	0,00	806.064,61
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Imparidades					
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	Valor Líquido
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.583,99
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	552.583,99
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						552.583,99

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 47.578,58 euros, no ano de 2022, onde 35.150 euros referem-se a equipamento de transporte, para substituição de viaturas obsoletas e 22.426,58 euros referente a equipamento básico.

Em termos de abates, foram vendidas 4 viaturas obsoletas e 2 GPS.



Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. j.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.277.019,72	22.426,58	-9.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.289.448,30
Equipamento de transporte	285.513,20	35.150,00	-15.584,56	0,00	0,00	0,00	0,00	305.078,64
Equipamento administrativo	116.584,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.584,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.269.593,02	57.576,58	-25.582,56	0,00	0,00	0,00	0,00	4.301.587,04
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	520.618,78	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	543.986,83
Equipamento básico	1.848.562,98	104.266,87	-10.886,39	0,00	0,00	0,00	1.941.943,46
Equipamento de transporte	253.914,22	30.438,37	-15.584,56	0,00	0,00	0,00	268.768,03
Equipamento administrativo	115.691,53	245,37	0,00	0,00	0,00	0,00	115.936,90
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.741.503,24	158.318,66	-26.470,95	0,00	0,00	0,00	2.873.350,95
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

At. 22/1

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr. p/ detid. p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654.305,26
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	347.504,84
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.310,61
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	647,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.428.236,09
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.428.236,09

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	16.977,07	8.873,59

Unidade: euros

Handwritten signature and initials in blue ink.

Valor de ativo registado

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	17.772,33	8.078,33

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2022, estavam 461.000 euros utilizados em contas correntes caucionadas e estavam em dívida 396.074,49 euros relativos a empréstimo bancário. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da locação da viatura	116,85
Juros de outros financiamentos	41.787,17

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 237.527,47 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Imparidades			
	Saldo inicial	Perdas Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Saldo Final
Clientes	331.938,51	64.650,12	0,00	396.588,63
Outros devedores	32.000,00	0,00	-32.000,00	0,00
Total	-	64.650,12	-32.000,00	32.650,12

Unidade: euros

As perdas por imparidade, ajustamentos, provisões em clientes e outros credores deduzidas das reversões foram, em 2022, de 32.650,12 euros devidamente registadas na Demonstração de Resultados. Registaram-se perdas por imparidade em clientes de 64.650,12 euros (dívidas de clientes privados) e em outros credores onde se recuperou 32.000 euros, através de reversões (recuperação de dívidas).

Acresce que foi registada a reversão de provisões 154.287,26 euros e um reforço de provisões de 180.000 euros. Isto é, o valor das provisões líquida das reversões origina que, ao nível da demonstração de resultados, se visualiza o valor de 25.712,74 euros (ver ponto 14 do anexo).

12 – Rédito

No ano de 2022, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.181.271 euros.

Neste valor estão incluídos 299.845 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 212.123 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2022, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2022, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

A. L.
32

14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Estava registada em anos transatos uma provisão para riscos cambiais referente ao saldo em dívida, relacionado com o projeto de Moçambique, no montante de 154.287,26 euros, para fazer face a eventuais variações cambiais, económicas e de outras naturezas (ciclones, desaceleração da economia e COVID-19), que existiram em anos anteriores e que não se prevê que possa vir a existir. Tendo em conta o histórico das relações comerciais, nos últimos anos, com Moçambique, a administração prevê que esta provisão não venha a ser necessária e, deste modo, procedeu-se à reversão da mesma em 2022.

De acordo com NCRF 21, utilizando o princípio da prudência, decidiu a administração constituir uma provisão de 180.000 euros, de modo a fazer face à imprevisibilidade resultante da execução do projeto RDUATS em Moçambique, tendo em consideração uma estimativa de custos ainda não perfeitamente identificados, mas previsíveis, face às contingências na execução do projeto e da atuação naquele território. Este comportamento cauteloso, justifica-se ainda que não seja conhecido o valor exato e por essa razão se procede por estimativa a este registo.

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Provisões	154.287,26	180.000,00	154.287,26	180.000,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profis.	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	154.287,26	180.000,00	154.287,26	180.000,00

Unidade: euros

A.R.
m/**15 – Impostos sobre o rendimento**

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2019	2021	2022	2022		
2014	44.355,02	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2028
2015	97.982,50	77.666,18	20.316,32	0,00	0,00	0,00	2029
2020	1.287.515,36	0,00	40.213,28	0,00	0,00	1.247.302,08	2032
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2033
2022	953.769,62	0,00	0,00	0,00	0,00	953.769,62	2034
TOTAL	2.383.622,50	122.021,19	60.529,60	0,00	0,00	2.201.071,70	-

Unidade: euros

Prejuízos fiscais dedutíveis nos próximos exercícios

Valores para estimativa de impostos diferidos:

ANOS	MONTANTE
2022	0,00
TOTAL	0,00

Unidade: Euros

(Taxa de IRC 21%): 0 euros

Subtotal do imposto diferido: 0 euros

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2019	137.805,10
2022	-41.041,18
Subtotal do imposto diferido	96.763,92

Handwritten notes:
A. R.
2/1/21
J

Subtotal do imposto diferido passivo: 96.763,92 euros.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros: 0 euros

PEC perdidos no final de 2022: 4.395,72 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2022: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2022: 0 euros

Existiam 0 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos.

No entanto existem prejuízos fiscais de 1.247.302,08 euros, que podem ser utilizados até 2032 e prejuízos fiscais de 953.769,62 euros, que podem ser utilizados até 2034. Totalizando assim 2.383.622,50 euros.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	0,00
Tributações Autónomas	19.277,16
Derrama	0,00
Outros	4.395,72
Impostos Diferidos	0,00
TOTAL	23.672,88

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0,00 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores: 137.805,10 euros **a)**

Utilização no período: -41.041,18 euros **b)**

Em 2022, foi estimado nas contas um valor de impostos diferidos de 96.763,92 euros. Relativamente a exercícios anteriores, existe um valor de imposto referente à retenção/comissão a efetuar pelas transferências no montante de 137.805,10 euros (**a**) relativo ao valor em aberto, após compensação estimada, retenção esta sobre uma base calculada em 2019 em virtude de ter sido fiavelmente mensurável à data de encerramento

AR
Am

das contas de exercícios transatos. Destes, em 2022, foram recebidos valores faturados, tendo sido efetuadas retenções. Neste sentido procedeu-se à utilização da parte estimada de 41.041,18 euros (**b**), que não vai ser utilizada no futuro. E não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente do saldo estimado no fecho destas contas.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção/comissão estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e, como tal, melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto devido ao grau de incerteza, aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2022, e impostos diferidos, dedutíveis também em impostos futuros, achou a empresa por prudência e precaução não reconhecer tal ativo seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2022:

Um metical (MZN) = 0,01483 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2022, foi de 60 pessoas.

Em 31.12.2022, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Municípa, pelo valor mensal de 1.510 euros mais IVA, até junho de 2022 e a partir de julho de 2022, inclusive, pelo valor mensal de 1.516,49 euros, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

A 31.12.2022, de acordo com a Lei 53-F/2006 e com a Lei 50/2012, encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Regra do Equilíbrio de Contas	15.271	47.331	52.121	0	0	101.742	0	-2.113	0	0	0	0	208.070	0	1.023.090
Total	1.445.532														

Unidade: Euros

Nas páginas 39, 40 e 41 deste relatório encontram-se discriminadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2021 e 2022:

Descrição	2021	2022
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	470.446,23	1.445.511,98
Projetos Realizados a Faturar	278.617,26	299.848,84
Devedores acrésc. Rendimentos - outros	95.750,87	83.212,29
Club M	12,00	0,00
ANEC	1.469,85	1.469,85
Nível	32.000,00	0,00
FGCT	0,00	0,00
MZ outros devedores e credores (conta do consórcio)	1.098.592,30	774.984,79
Outros devedores e credores	1.810,40	0,00
Tarefeiros	546,74	0,00
Perdas Imparidades acumuladas	-32.000,00	0,00
Total	1.947.245,65	2.605.027,75

Unidade: euros

No decorrer do projeto RDUATS, a conta do consórcio tem vindo a ser regularizada através das faturas emitidas por parte das consorciadas, estando neste momento por regularizar 774.985 euros. Com o aproximar do fim do projeto, esta conta vai sendo regularizada até ficar saldada.

O grau de realização do projeto mantém-se nos 95%, estando apenas dependente de uma ação por parte do cliente, o que tem obrigado o consórcio a incorrer em custos enquanto o projeto não for dado como encerrado.

Os valores pagos para a conta bancária do consórcio têm vindo a ser liquidados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimentos Sustentável (FNDS), em tranches e com periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos

A.R.
32

valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm, pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data. A administração mantém ainda a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a sociedade pode levar para aquele território. Apesar disso, será sempre um território que requiere uma abordagem cuidadosa, face aos riscos presentes nestes territórios ao nível económico, de segurança, alterações políticas, entre outros.

A 31 de dezembro de 2022, faltava liquidar por parte do FNDS o montante aproximado de 758.576 euros, para a conta bancária do consórcio, estando assim por liquidar menos de 20% para a liquidação integral do contrato.

É importante referir que o contrato com o FNDS foi assinado por um período de 12 meses e que já foi prolongado por mais 36 meses.

Deste modo, apesar do projeto estar quase finalizado, o consórcio continua a incorrer em custos necessários para dar resposta aos contactos presenciais com o FNDS, em virtude dos atrasos deste para a conclusão do mesmo. Foram verificados custos adicionais, com o escritório e todas as despesas que daí advenham (água, luz, limpeza, condomínio) e com o gerente da consorciada, que se mantém em contacto diário com o cliente e autoridades locais.

Neste contexto as partes ajustaram as suas posições relativas no referido contrato, tendo-se concluído que a participação das consorciadas na consecução dos serviços objeto do contrato de prestação de serviços corresponderia às seguintes percentagens: 58% para a Município e 42% para a Município MZ. Refira-se que na assinatura do contrato inicial de consórcio, estava previsto um peso de 60% para a Município e 40% para a Município MZ.

Desta forma, foi registada na contabilidade um acréscimo de custos referente ao projeto dos Rduats no montante de 272.177,26 euros, valor esse que será faturado pela Município MZ à Município em 2023, em conformidade com o ajuste formalizado.

Concluindo, apesar do acréscimo de custos decorrentes do atraso do projeto, é importante referir que o mesmo não compromete o resultado positivo do projeto, dado que o orçamento e a margem do mesmo absorve o valor referenciado.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2021 e 2022:

Descrição	2021	2022
Pessoal-Remunerações a Pagar	1.283,26	0,00
Pessoal-Adiantamento Pagamento	50.987,59	50.571,04
Remunerações a Liquidar	173.151,67	201.796,97
Taxa Saneamento IMI	1.668,76	1.668,76
Cartrack	105.459,47	32.555,07
Outros Acréscimos de Gastos	1.108.879,92	331.178,96
Sindicato	151,22	142,89
Clube M	0,00	106,00
FGCT	4,46	15,33
Total	1.441.586,35	618.035,02

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

A empresa está excluída do âmbito de aplicação do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 4º do referido regime aprovado pela Lei 89/2017 de 21 de agosto.

A empresa não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da mesma.

Oeiras, 28 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)

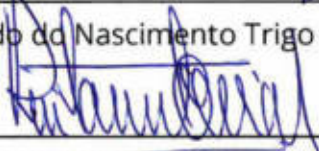


Pedro Nunes

O Conselho de Administração,



Fernando do Nascimento Trigo – *Presidente*



Rui Manoel da Graça Coias – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

2 - Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2022 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 - Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.
- consideramos que a ênfase apresentada na certificação legal de contas é necessária para a compreensão das demonstrações financeiras.

5 - Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal de contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2022 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA- EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2022.
- A proposta de aplicação de resultados integrada no relatório de gestão.

Lisboa, 31 de Março de 2023

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)



diz

& associados-SROC, Lda



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com ênfases

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 que evidencia um total de 6 220 417 euros e um total de capital próprio de 3 353 563 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 1 046 763 euros, a demonstração de resultados por naturezas , a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, em 31 de Dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com ênfases

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Na nota 16 do anexo às demonstrações financeiras, é divulgada informação quanto ao projecto dos RDUATS, matéria que pela sua relevância salientamos o seguinte:

A execução do projecto de regularização de ocupação de terras da província de Nampula, Moçambique (RDUATS), realizada pela Município-EM, SA (MPT) em consórcio com a Município, MZ, Lda (MMZ) (de Moçambique), tem sido sujeita a contingências e diversos riscos, designadamente: (i)- Riscos de País; (ii)- Atrasos na cobrança do cliente e na formalização da conclusão do projecto; (iii)- Pandemia; (iv)- Condicionalidades relacionadas com os termos do contrato de consórcio referido , bem como os termos

do contrato celebrado entre o consórcio e o cliente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS).

O contexto referido, designadamente o prolongamento do tempo de duração do projecto, teve influência nos custos suportados pelas partes. Com efeito, o contrato de consórcio, estabelecia inicialmente uma repartição dos rendimentos entre a Município-EM, SA e a Município MZ, Lda numa proporção de 60%/40%, repartição que foi alterada por adendas ao contrato, passando essa proporção para 65%/35%, em 2019, e para 58%/42% no ano de 2022.

Esta situação originou um acréscimo de gastos para a Município, EM, SA de 272 177 € neste exercício, com efeito no resultado líquido no mesmo montante, valor que está reconhecido em acréscimos de custos e será facturado pela Município MZ, Lda posteriormente.

A nossa opinião não é modificada quanto a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das Estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

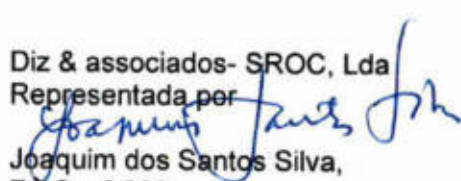
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é no essencial concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais significativas.

Lisboa, 31 de Março de 2023

Diz & associados- SROC, Lda

Representada por



Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383